

HISTORIOGRAFIA E EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA: FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Enilce Lima Cavalcante de Souza

Universidade Federal do Ceará – enilcelima@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho é parte da monografia elaborada para conclusão do curso de especialização na área da educação¹. O tema então desenvolvido tratava de um estudo sobre a Pedagogia Libertária, nos planos teórico e prático, utilizando conceitos e exemplos da teoria anarquista do começo do século XX. Nesse sentido, o intuito era contribuir para uma recuperação histórica da proposta educacional libertária no Brasil e no mundo.

Aqui a proposta é apontar alguns exemplos da prática educacional libertária nos anos de 1900 a 1920, descortinando certas lacunas comumente encontradas nos índices de História da Educação no Brasil, que, ou omitem por completo ou não dimensionam coerentemente o espaço ocupado por tais práticas pedagógicas. Não cabe neste texto relevar outra necessidade urgente, que introduz e perfaz os primeiros capítulos da monografia já citada, qual seja: a teoria que fundamenta as propostas anarquistas para a Educação.

Apesar disso, citem-se a termo de informação os textos de Mikhail Bakunin – “O Socialismo Libertário” e “Deus e o Estado”; de Sílvio Galo – “Pedagogia do Risco. Experiências anarquistas em educação”; de Edmond-Marc Lipiansky – “A Pedagogia Libertária”; da organização de Felix Garcia Moriyón “Educação Libertária” e por fim, por que a lista é longa e aqui não caberia, a seleção de textos de George Woodcock em “Os grandes escritos Anarquistas”.

A presença anarquista no Brasil situada no começo do século vinte, principalmente até a década de 1920, possibilita larga pesquisa sobre o seu campo de atuação. Encontram-se aí biografias, estudos sobre a imprensa anarquista, a atuação dos libertários na construção de greves, entre outros temas. A crescente demanda por estudos sobre a Cultura Libertária no Brasil ainda não permitiu, no entanto, uma aprofundada exploração da contribuição de anarquistas e anarcossindicalistas à educação no Brasil. Ao menos no que diz respeito aos Historiadores da Educação.

Os exemplares de Regina Célia M. Jomini – “Uma Educação para a Solidariedade”; Paulo Ghiraldelli Jr. – “Educação e Movimento Operário” e de Flávio Venâncio Luizetto – “Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódi-

os literário e educacional”, oriundos de teses e dissertações acadêmicas são dos poucos estudos que circulam editorialmente no Brasil e discutem as propostas e exemplos tratados aqui, ainda que, em alguns, não como objeto principal.

Entre os historiadores da educação brasileira, o recente “História da Educação Brasileira: Leituras” de Maria Lucia Spedo Hilsdorf dedica algumas páginas às experiências da educação libertária no país. O mesmo não faz a maioria dos manuais de História da Educação que são adotados nas disciplinas dos cursos de licenciatura das universidades².

Baseada nesta constatação, este texto, busca sondar na historiografia da História da Educação e da História da República mostras da experiência libertária no Brasil daqueles tempos. Breve incursão bibliográfica resume exemplos da resistência anarquista às formas tradicionais de educação em vigor no país e a sua possível elaboração de novas fórmulas de atuação educacional.

As Experiências Brasileiras

As ações no Brasil junto à educação libertária foram sintomaticamente acontecendo no período da Primeira República, período este em que os anarquistas do movimento operário estavam no auge de sua atuação. É compreensível esse paralelismo, haja vista a idéia central dos anarquistas, de acordo com o que relatado acerca do papel dos anarquistas, que consistia em:

Fomentar a ação das massas despertando-as para as injustiças sofridas pelos trabalhadores e indicando a possibilidade da construção da sociedade ácrata. Essa tarefa se efetuava pela participação nos movimentos reivindicatórios (...) e, pelas iniciativas de caráter propriamente educacional como os Centros de Estudos Sociais, a Universidade popular de Ensino Livre, e as Escolas.³

Através do que se explica como a idéia do papel anarquista parece fácil afirmar que os militantes envolvidos no processo educacional tinham várias outras atividades como: a imprensa, as manifestações operárias, as greves, entre outras. Logo, deve-se notar que a educação e a atitude política de atuação apareciam estreitamente vinculadas, e sendo assim, a escola estava de alguma forma ligada ao movimento operário.

Essas indicações levam ao conhecimento de que da mesma forma que as organizações operárias foram subme-

tidas a atos de violência e repressão, assim o foram também os núcleos escolares a elas ligados.

Ainda partindo da idéia de escola enquanto parte de um processo educativo mais geral, os anarquistas acreditavam que a esta deveria ser um centro irradiador da educação formal, onde além disso, deveriam se realizar conferências e palestras, deveria se editar jornais que fomentariam diálogos e conhecimento, de maneira a atingir, possivelmente, um maior número de pessoas.

As palavras de Edgard Leuenroth apontam para uma completa e violenta destruição da organização e da proposta libertária da educação, segundo ele:

No terreno da educação e do ensino, a história das atividades anarquistas no Brasil registra uma iniciativa, estrangulada pela reação, de grande vulto e com repercussão nos principais centros do país – a fundação da Escola Moderna, nas bases da instituição de igual nome que foi organizada na Espanha pelo libertário Francisco Ferrer.⁴

Porém, é interessante observar que as pesquisas demonstram outras possibilidades para este desfecho reacionário contra a atuação libertária junto a educação, entre outros elementos, no Brasil. Mesmo após o arrefecimento das paralisações, as iniciativas educacionais dos anarquistas tiveram prosseguimento.

Allyson Bruno Viana, em sua pesquisa sobre a Atuação Libertária na República Velha, destaca que na tentativa de divulgar as idéias anarquistas, tornou-se claro o esforço no sentido de alfabetizar os trabalhadores e operários dos grandes centros⁵. Já era notória a pretensão de embasar a educação como elemento fundamental da transformação humana, assim como, também, a idéia de criar um espaço de ‘desconstrução’ da autoridade. Com esse sentido formaram-se turmas de jovens, adultos e crianças.

Além dessas turmas, eram latentes os desejos de: criar escolas de Esperanto, que significariam para os anarquistas, o sonho da difusão de uma língua de uso internacional, sem fronteiras, aproveitando para simplificar, além disso, a compreensão da língua portuguesa, de difícil acesso para tantos imigrantes aqui radicados.

Nessa época já era nítido o exemplo das Escolas Modernas, espelhadas no modelo de Francisco Ferrer⁶. Em tais escolas, nelas, e por meio dos grupos de estudos, outros grupos formavam-se. Exemplos deles são os coletivos de “teatro social” ou “teatro livre”, que serviam como a repre-

sentação revolucionária das visões sobre a realidade, ou seja, como instrumentos de emancipação, como desejava a Educação Libertária. Mais a frente, outros exemplos.

Os Centros de Estudos Sociais

Os exemplos dos C.E.S são numerosos haja vista a relativa “facilidade”, ou melhor dizendo, a menor dificuldade para os anarquistas em criá-los e mantê-los, sendo necessários pouquíssimos recursos para tal intento.

Para a sua materialização eram requeridas, segundo a descrição de Jomini, apenas “uma sala, poucos móveis, livros para a formação de uma biblioteca e a vontade de alguns elementos de se reunirem para discutir problemas sociais e idéias anarquistas”⁷.

O método lá utilizado era o do “ensino mútuo”, que consistia em organizar e tornar viáveis discussões dirigidas por militantes libertários mais experientes. Esses debates eram realizados com adultos, em geral operários com alguma ligação com os sindicatos atuantes. Esses centros deram origem a vários jornais e, em muitos momentos, produziram “quadros” militantes para o movimento operário.

Os Centros de Estudos Sociais foram instalados desde o começo do século XX, e o primeiro centro localizado no Brasil, data do ano de 1902: O Círculo Educativo Libertário Germinal de São Paulo. Entre outros, pode-se se citar ainda, o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Sociais de Pelotas e o Centro de Estudos Sociais de Porto Alegre.

Universidade Popular de Ensino Livre

A Universidade Popular de Ensino Livre foi uma experiência brasileira cujo período de duração, no ano de 1904, foi de, aproximadamente, oito meses. É válido ressaltar que a Universidade Popular Brasileira, em muito se parece com o projeto de Universidade Popular Francesa, o que leva a compreender a estreita relação entre o anarquismo nacional e o internacional, rompendo as fronteiras diplomáticas impostas.

A fundação da Universidade Popular de Ensino Livre reuniu intelectuais de todas as correntes de pensamento. Isto mais tarde, pode ser condicionado talvez, como um corroborador para o fracasso de tal experiência, já que entrelaçou pessoas de convicções bem diferentes. Mais explicitamente participaram desta iniciativa, desde anarquistas convictos como Fábio Luz, até críticos ferozes da corrente de atuação política libertária, como Sílvio Romero.

Assim, como os Centros de Estudos Sociais, a Universidade Popular de Ensino Livre se voltava para o ensino de adultos, em geral de trabalhadores e operários. Visava, além de proporcionar um estudo racionalista e científico, a ser também um local de lazer e cultura dos trabalhadores. A universidade era paga, mas “sem burocracia” alguma. A matrícula era imediata, e os cursos eram ministrados em forma de palestras. De tal forma que mesmo que houvesse necessidade de se ausentar em algumas das aulas, não haveria necessidade de desistência do curso, pois, os assuntos tratados nas palestras, mantinham autonomia entre si. O que leva a crer a tentativa de facilitação da participação dos operários.

Em todos os seus aspectos, a Universidade Popular de Ensino Livre se assemelha aos métodos da Pedagogia Libertária já utilizada por pedagogos como Paul Robin⁸ e Francisco Ferrer. Senão observe-se a notícia extraída do jornal “O Amigo do Povo”:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença ou de partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar os trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas ...⁹.

Escola Libertária Germinal

As escolas, como todos os empreendimentos anarquistas, dependiam da coleta de fundos entre os simpatizantes, para que houvesse viabilidade de realização, deste modo a Escola Libertária Germinal, não fugiria à regra. A escola que fora pensada em 1902, apenas foi concretizada em 1903, quando os organizadores ainda realizavam palestras e festas a fim de arrecadar as quantias necessárias aos seu funcionamento.

As notas divulgadas em jornais operários naquele ano davam conta de promoções e propagandas que almejavam alcançar os pais trabalhadores, que deveriam “arrancar” suas crianças, seus filhos, aos padres e ao governo, informando aí, dois dos alvos principais da corrente libertária: aversão ao Estado e ao Clero. As chamadas priorizavam também, tornar legível a condição favorável à presença da criança naquela escola, onde teria “livros e cadernos gratuitos”¹⁰.

É sabido que as campanhas para baixar as mensalidades da escola não surtiram efeito. É interessante notar que as escolas trabalhavam na medida de sensibilizar os alunos para a possibilidade de transformação da sociedade, seguindo a linha de atuação libertária. Inserir-los nas lutas operárias, eis a tarefa. A estas lutas e seus participantes, ou seja, a seus pais, tios e irmãos deveriam ser solidários. Eis uma das principais preocupações das escolas libertárias do começo do século XX. Como citado no exemplo a seguir da Escola livre Primeiro de Maio.

Escola Livre Primeiro de Maio

Esta escola que funcionava no Rio de Janeiro, em Vila Isabel (da qual os pesquisadores não descobriram a data correta de fundação, mas apenas que ela resistiu ainda até o ano de 1913) é um forte exemplo da inserção dos alunos das instituições educacionais no trabalho sindicalista dos anarquistas.

Casos como o da FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro foram comuns. A FORJ precisou, e foi atendida solidariamente, através da participação dos alunos da escola, cantando a Internacional Comunista, em data de protesto dos operários. Por causa da falta de verbas (não havia dinheiro para a contratação de uma banda de músicos) e mesmo pela proposta de solidariedade, esse tipo de integração ainda ocorreria em vários momentos, quando, por exemplo, neste em que os alunos eram incentivados a participar das “comemorações” da classe trabalhadora. Essa era uma prática corrente.

Devido a essa participação e união da instituição escolar às manifestações dos trabalhadores, a Escola Livre Primeiro de Maio experimentou o peso do braço da repressão, no momento em que tecelões ameaçaram greve numa das tecelagens de Vila Isabel.

Escolas Modernas Brasileiras

O último exemplo, neste artigo, das experiências brasileiras quanto às escolas que utilizaram a Pedagogia Libertária no início do século, na chamada Primeira República ou República Velha, traz a luta pela formação de um centro irradiador da Educação Racionalista no país. Com tal intuito, foram criadas comissões e sub-comitês visando a fundação da escola.

A primeira “Escola Moderna nº 1 de São Paulo” foi inaugurada no dia 13 de maio de 1912. Nesse mesmo ano,

aconteciam inúmeras mobilizações no setor operário brasileiro. As comissões pró-Escola Moderna se espalharam por todas as cidades do interior paulista e no Rio de Janeiro.

Duas premissas foram tidas como básicas para que as escolas modernas no Brasil seguissem os mesmos passos indicados por Ferrer:

- 1 – a edição de livros e obras apropriadas para o ensino da educação racionalista e
- 2 – a preparação de professores aptos a dirigir essas escolas.

A Escola Moderna n. 1 seguindo os propósitos iniciais, editou: “Boletim da Escola Moderna”, que continha artigos sobre o ensino racionalista, datas significativas para o estudo da memória dos trabalhadores, notas sobre conferências e palestras, estatísticas internas de desenvolvimento da Escola, além de farto material sobre a realização das festas.

Já o jornal “O Início” era de divulgação e produção dos alunos e noticiava festas em favor da escola e os textos escritos por eles próprios. Ambos tiveram pouca duração. Enfim havia tácito acordo que a escola extrapolaria o campo da educação de crianças e que deveria se tornar um centro de referências do ensino racionalista e das práticas libertárias.

Considerações Finais

Neste artigo, apenas uma pequena mostra descritiva da atuação libertária de anarquistas e anarcossindicalistas durante a República Velha. Aqui não foram elencados todos os exemplos, nem todos os espaços ocupados por esta prática que ocorreu também, em cidades como Porto Alegre e Campinas. Estudos mais profundos merecem ser realizados para construir solidamente uma historiografia acerca da Educação e da Pedagogia Libertárias no país, e é neste sentido esta descrição. Uma longa proposta teórica fundamenta as realizações dos anarquistas do começo do século XX no Brasil, na qual também cabem aprofundadas leitura e debate.

O modelo de educação anarquista, aplicado ao Brasil, nas escolas fundadas no começo do século, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, são em sua maioria, cópias do modelo europeu. Considere-se, é claro, algumas inovações necessárias, na maior parte, manteve-se a unidade do ideal anarquista, ainda que alternando diferenciações quanto ao emprego de técnicas e métodos, na atuação de seus militantes.

Apesar de um “boom” nas pesquisas que têm como objeto elementos ligados à cultura anarquista, ter ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, poucas informações existem acerca dos diversos aspectos da educação libertária. É justo destacar que a proposta educacional anarquista (no Brasil e na Europa), assim como as diversas formas de resistência dos oprimidos, foi pouco estudada pelos pesquisadores da História da Educação. Daí a extrema necessidade da pesquisa.

Além dos textos citados na introdução e que servem de apoio à investigação da educação libertária no Brasil, é importante citar os artigos veiculados na revista *Libertárias*, revista trimestral de Cultura Libertária, da editora paulista Imaginário¹¹. Vários artigos circularam durante o período em que a revista esteve em distribuição. Também é importante a pesquisa através da rede de computadores. A internet possibilita acesso a textos que não circulam facilmente entre livreiros e bancas. E ainda mais essencial é o vasculhar aos jornais já conhecidos da imprensa anarquista e anarcossindicalista em busca de elementos que colaborem na redescoberta de temas educacionais e relativas temáticas.

Urge a necessidade de perseguir arquivos em busca de mais informações. A crença de que novas buscas podem ser capazes de superar as dificuldades em localizar fontes que, na maioria dos casos, não estão apenas perdidas, mas que foram destruídas pela ação de contenção dos movimentos sociais do Brasil da República Velha que vinham atuando com vistas à transformação social brasileira.

Nada justifica o atentado contra a memória e contra os documentos históricos. Se, no entanto, analisarmos o processo de desmedida violência utilizado pelas classes dominantes, no Brasil, como em todo lugar, com a finalidade de dismantelar a participação e inserção dos anarquistas na sociedade, é compreensível a estratégia utilizada no momento. Cabe, então, captar e criar as fontes para a tão reclamada recuperação histórica.

Por outro lado, é justo indicar algumas questões que podem suscitar a necessidade da busca e localização de novas fontes para a história da educação libertária como parte intrínseca da História da Educação no Brasil. Por exemplo: quais interesses envolviam a experimentação com as novas técnicas e modelos adotados pelos anarquistas; onde aconteceram e se desenvolveram as experiências educacionais; qual a relação do modelo ácrata e a aplicabilidade com os conceitos de educação; entre outros questionamentos, estes podem levar a indicações de qual tipo de fonte deve ser buscada.

Longe de esgotar o assunto, alertar para lacunas e exibir as dúvidas e a precariedade da construção histórica deste tema é o mais urgente, e isto conclui o objetivo do argumento neste artigo.

Referências Bibliográficas

- GHIRALDELLI jr, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade**. (Contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na república Velha). Campinas: Pontes, 1990. p. 57.
- LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo – Roteiro de Libertação Social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d. p. 127.
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Via Expressa Liberdade**. Breve estudo sobre a educação libertária. Monografia de Especialização. Fortaleza: UVA, 2000.
- VIANA, Allyson Bruno. **Atuação Libertária na República Velha**. O anarquismo no movimento operário nos anos de 1900 a 1920. Monografia de Graduação. Fortaleza: UECE, 1999.

NOTAS

¹ SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Via Expressa Liberdade**. Breve estudo sobre a educação libertária. Monografia de Especialização. Fortaleza: UVA, 2000.

² Entre estes manuais podemos citar de maneira a ilustrar a afirmação: PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003; RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 14ª ed. Campinas: Autores Associados, 1995 e ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.(1930-1973)**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Também localizamos a ausência de referências à educação libertária em títulos como: FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. Campinas: Alínea, 2001; e na organização da Sociedade Brasileira de História da Educação para a Coleção Memória da Educação: **Educação no Brasil. História e Historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2001.

³ JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade**. (Contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na república Velha). Campinas: Pontes, 1990. p. 57.

⁴ LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo – Roteiro de Libertação Social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d. p. 127.

⁵ VIANA, Allyson Bruno. **Atuação Libertária na República Velha**. O anarquismo no movimento operário nos anos de 1900 a 1920. Monografia de Graduação. Fortaleza: UECE, 1999.

⁶ Francisco Ferrer y Guardiã (1859-1909) – Foi provavelmente o pedagogo mais significativo para a Educação Libertária. Seu ideário pedagógico é o resultado da sistematização do pensamento libertário desenvolvido até então por ele, e por outros libertários. Participou da Liga de Educação Libertária, criada em 1897, cujo objetivo era prosseguir a obra de Paul Robin. Através do sucesso de sua Escola Moderna chamou a atenção das elites catalunhas e foi severamente perseguido, sendo preso a primeira vez em 1906 e absolvido. No entanto, em 1909, novamente preso, julgado à portas fechadas, foi condenado a morte e executado. Seu último grito, segundo consta, foi: “Viva a Escola Moderna”. Sua morte provocou enorme comoção pelo mundo inteiro.

⁷ JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Op. Cit.**, p. 76.

⁸ Paul Robin (1837-1912) – Nascido em família abastada e religiosa, participou ativamente da I Internacional, onde expôs importantes idéias sobre “Educação Integral”. Após 1865, fugindo da Bélgica, conhece Bakunin (teórico anarquista) em Genebra. Participa da Comuna de Paris (1871) e milita ainda pelo controle de natalidade, pelo aborto e pela educação sexual.

⁹ Universidade Popular. **O Amigo do Povo**. São Paulo, n. 48, ano II, 02 de abril de 1904. **Apud** GHIRALDELLI jr, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987. p. 121.

¹⁰ JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Op. Cit.**, p. 60.

¹¹ Importante é a identificação de imediato dos artigos disponíveis na revista Libertárias: GALLO, SÍLVIO. “Educação libertária: da segurança ao risco”. nº 1, 1997; _____. “Eros Pedagogikos. Em torno de uma erótica didática”. nº 3, 1998; _____. “Biodiversidade anarquista: o espécime Paul Valéry.” nº 5, 1999; HOOKS, Bell. “Eros, erotismo e processo pedagógico”. nº 1, 1997; READ, Herbert. “Uma abordagem estética da educação”. nº 2, 1997/1998; ROSSEL, Thyde. “Bonaventure: Uma escola libertária”. nº 4, 1998.